



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Incentivos económicos como fatores de aumento na natalidade em Portugal

Tiago Emanuel Fialho Mourata da Silva

Mestrado em Economia da Empresa e da Concorrência

Orientadora:

Professora Doutora Felipa Dias de Mello Sampayo, Professora Auxiliar no Departamento de Economia do ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021



BUSINESS
SCHOOL

Departamento de Economia do ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa

Incentivos económicos como fatores de aumento na natalidade em Portugal

Tiago Emanuel Fialho Mourata da Silva

Mestrado em Economia da Empresa e da Concorrência

Orientadora:

Professora Doutora Felipa Dias de Mello Sampayo, Professora Auxiliar no Departamento de Economia do ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021

À minha família e ao meu Povo

Agradecimentos

O desenvolvimento deste trabalho resultou no empenho de vários intervenientes e também de instituições, pelo que se pretende agradecer a todos os que contribuíram, para tornar possível esta investigação.

A primeira palavra de apreço é para a Orientadora desta dissertação, Professora Doutora Felipa Dias de Mello Sampayo, Professora Auxiliar no Departamento de Economia do ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, pela confiança depositada, simpatia, cordialidade, disponibilidade demonstrada ao longo de todo o processo de orientação, na transmissão de conhecimentos científicos, bem como na pertinência das suas intervenções, o mais sincero e honesto agradecimento.

Ao Departamento de Economia do ISCTE-IUL, na pessoa da Professora Doutora Nádía Simões, nomeadamente pelas aulas do seminário de investigação deste Mestrado, onde foi possível apropriar do saber científico, que forneceu “as ferramentas” necessárias para a consecução, desta dissertação.

Ao Instituto Nacional de Estatística (INE) que disponibilizou os dados, os quais foram relevantes para a nossa população alvo, bem como para as variáveis do nosso estudo, um muito obrigado e gratidão.

Por último e não menos importante à minha família, ao meu pai Paulo e à minha mãe Madalena, pelo amor incondicional e incentivo nesta minha formação.

Ao meu irmão Gonçalo, à minha cunhada Tânia, a minha gratidão e ao meu sobrinho Matias, pelo seu sorriso maroto, que sendo ainda um bebé, transporta para a temática desta investigação.

A todos, bem-haja.

Resumo

Este estudo analisa fatores socioeconómicos que afetam a natalidade portuguesa. A situação demográfica atual encontra-se em declínio constante, e assim permanecerá até pelo menos 2080, de acordo com as projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Há aproximadamente 4 décadas que a fecundidade portuguesa se encontra abaixo do 2,1, o que por sua vez gera a necessidade de soluções práticas e eficazes para a resolução da problemática de substituição de gerações.

Os resultados obtidos, derivados do modelo econométrico expõem que existe um impacto económico na natalidade, mas não é o único aspeto nem por vezes o mais importante, dependendo do nível de educação e atual qualidade de vida da mulher.

Após a análise das variáveis em estudo, urge definir políticas direcionadas aos setores económico e social, em que se reorganize a economia e a estrutura social para que as famílias possam optar pelo número de filhos que desejam ter, sem os constrangimentos de não terem condições de suportar os custos relacionados com a chegada de mais um novo elemento.

Face à crise demográfica portuguesa, não subsistem dúvidas de que necessitamos de políticas de apoio às famílias, promovendo a natalidade, procedendo nas próximas décadas ao processo de inversão da atual tendência das taxas de fertilidade, para bem do desenvolvimento económico e social do nosso País e do bem-estar das famílias portuguesas.

Palavras-chave: Incentivos Económicos; Políticas Públicas; Demografia; Fecundidade; Natalidade.

Classificação JEL: J11; J18.

Abstract

This study analyses socioeconomic factors that affect the Portuguese birth rate. The current demographic situation is in constant decline, and will remain so until at least 2080, according to projections by the National Institute of Statistics.

For approximately 4 decades, Portuguese fertility has been below 2.1, which in turn generates the need for practical and effective solutions to solve the problem of generational substitution.

The results obtained, derived from the econometric model, explain that there is an economic impact on birth rates, but it is not the only factor or sometimes the most important one, depending on the woman's level of education and current quality of life.

After analysing the variables under study, it is urgent to define policies aimed at the economic and social sectors, in which the economy and social structure can be reorganized so that families can opt by the number of children they want to have, without the constraints of not being able to support the costs related to the arrival of a new element.

Taking in consideration the Portuguese demographic crisis, there is no doubt that we need policies to support families, promoting the birth rate, proceeding in the coming decades to reverse the current trend in fertility rates, for the good the economic and social development of our country and the well-being of Portuguese families.

Keywords: Economic Incentives; Public policy; Demography; Fertility; Birth.

JEL classification: J11; J18.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Capítulo 1. Introdução	1
Capítulo 2. Revisão da Literatura	3
2.1. Fecundidade na Europa	3
2.2. Fecundidade em Portugal	8
Capítulo 3. Metodologia	17
3.1. Modelo Conceptual	17
3.2. Análise Descritiva	18
3.3. Modelo Econométrico	23
Capítulo 4. Resultados e Discussão	25
4.1. Apresentação dos Resultados	25
4.2. Discussão dos Resultados	28
4.2.1. Número de Casamentos	28
4.2.2. Intenção de ter mais filhos biológicos	29
4.2.3. Escalões do rendimento mensal líquido do agregado familiar	31
4.2.4. Idade	32
4.2.5. Nível de escolaridade dos Pais	34
4.2.6. Incentivos fiscais	34
Capítulo 5. Conclusão	37
Referências Bibliográficas	41

Índice de Tabelas

Tabela 2.1 – Comparação do investimento efetuado nas modalidades de apoio à natalidade	7
Tabela 2.2 – Evolução do ISF em Portugal, no período de 1960 e 2020	9
Tabela 3.1 – Fecundidade Realizada	18
Tabela 3.2 – N.º de Casamentos	19
Tabela 3.3 – Intenção de ter mais filhos biológicos	19
Tabela 3.4 – Escalão do rendimento mensal líquido do agregado familiar	20
Tabela 3.5 – Idade da Pessoa	21
Tabela 3.6 – Qualificações do Pai e da Mãe	21
Tabela 3.7 – Grau de importância no âmbito de outras medidas: atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos	22
Tabela 3.8 – Descrição dos níveis da fecundidade realizada	23
Tabela 4.1 – Resultados do Modelo Ordinal Probit	27
Tabela 4.2 – Resultados de diversos testes do Modelo Ordinal Probit	27

Índice de Gráficos

Gráfico 2.1 – Evolução da taxa de fecundidade por grupo etário em Portugal 1960-2020	10
Gráfico 2.2 – Evolução da população portuguesa de 1991 -2013	12

Glossário de Siglas

BBC – British Broadcasting Company

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

ISF – Índice Sintético de Fecundidade

IUL – Instituto Universitário de Lisboa

NHE – New Home Economics

PIB – Produto Interno Bruto

SS – Segurança Social

UE – União Europeia

Glossário de Abreviaturas

% – Percentagem

€ – Euro

N.º – Número

CAPÍTULO 1

Introdução

A temática do declínio demográfico tem vindo a ser o foco de diversos estudos de diversas áreas científicas com o intuito de entender a razão pela qual o declínio teve origem e porque se situa abaixo do limiar necessário para garantir a substituições de gerações. A tendência demográfica atual, na Europa e restantes países desenvolvidos, é decrescente, o que causa alguns problemas estruturais na nossa sociedade. Tal como o cumprimento dos deveres da Segurança Social (SS) aos portugueses que já descontaram, bem como a garantia de uma população laboral constante com vias de manutenção do Produto Interno Bruto (PIB).

A Demografia tem como origem a junção de duas palavras gregas, *demos* (o povo ou a população) e *graphein* (escrever). Esta ciência é interdisciplinar, pois intersecta com os seguintes ramos científicos: Economia, Gestão de Recursos Humanos, Sociologia, Biologia (genética), Estatística, Psicologia e Medicina.

Numa sociedade cada vez mais envelhecida, é essencial refletir os fatores que influenciam os casais portugueses a formar família, por sua vez também é importante repensar o atual modelo de fecundidade das civilizações europeias, pois o Índice Sintético de Fecundidade (ISF) – número médio de crianças nascidas vivas por mulher – em todas elas está abaixo do necessário para garantir a substituição de gerações (ISF de 2,1).

Se na primeira metade do século vinte, observávamos a pirâmide da população, cuja base era superior ao topo, a família alargada era considerada como uma unidade de produção, os filhos ajudavam no trabalho essencialmente agrícola, colaborando assim para o próprio sustento, sendo que nesta circunstância privilegiava-se o trabalho ao invés da educação, e Portugal tinha uma taxa de analfabetismo elevada.

A definição de ISF aprovada pelo Conselho Superior de Estatística desde 11 de abril de 2003, de acordo com o INE: “Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil)”.

Visto que de acordo com as projeções demográficas do INE para 2080 o cenário demográfico sem contabilizar as migrações constitui um ISF de 1,42, é extremamente urgente atingirmos de forma célere um ISF de 2,1 para garantir a sobrevivência do povo português (e restantes povos europeus).

É importante salientar que desde inícios da década de 80 que o ISF em Portugal se situa abaixo dos 2,1. Assumindo a veracidade destas projeções demográficas do INE, caso não exista uma reforma compreensiva sobre o incentivo e manutenção da natalidade, Portugal permanecerá aproximadamente um século com um ISF abaixo do limite necessário para garantir a substituição de gerações.

Em 1982, de acordo com o INE, Portugal passa a estar abaixo do ISF necessário para garantir a substituição de gerações, tendência que se também verifica um pouco mais cedo ou tarde noutros países europeus. Em 2080, de acordo com as projeções do INE, a população portuguesa em idade ativa (15 a 64 anos) diminuirá em aproximadamente 2,2 milhões de pessoas, acontecimento este que irá trazer repercussões económicas devastadoras e sistémicas. Garantir a existência do atual modelo de SS será um desafio praticamente impossível, tendo em consideração os atuais níveis de sobre-endividamento dos agentes económicos no nosso país (famílias, empresas e Estado), ou seja, o número de pessoas dependentes da SS vai aumentar e o número de pessoas a descontar para a SS vai diminuir. Esta não é a única situação adversa resultado do decréscimo demográfico, existe também a possibilidade de declínio do PIB, o que por sua vez, pode levar a uma redução na qualidade de vida e no bem-estar dos portugueses.

No seguimento do exposto acima, este estudo visa analisar os fatores socioeconómicos que explicam a natalidade em Portugal. Neste estudo, foram utilizados dados (que detêm variáveis explicativas do fenómeno em análise) resultantes do Inquérito de Fecundidade realizado pelo INE, no ano de 2019, os quais permitiram a estimação de um modelo econométrico, utilizado o modelo de regressão ordinal Probit.

Este trabalho foi organizado em cinco capítulos, os quais têm a seguinte estrutura: no capítulo 1, aborda-se a introdução, segue-se o capítulo 2 com a revisão de literatura, no capítulo 3 apresenta-se a metodologia, onde se encontra as hipóteses em estudo, de seguida no capítulo 4 encontra-se os resultados e discussão dos mesmos e por último no capítulo 5 a conclusão extraída deste estudo de investigação.

CAPÍTULO 2

Revisão da Literatura

Este capítulo está subdividido em dois grupos, o primeiro descreve a fecundidade da Europa, o segundo aprofunda a descrição da fecundidade em Portugal.

2.1. Fecundidade na Europa

O declínio da fecundidade na Europa acentuou-se no final do século XIX e início do século XX, transformando-se num importante fenómeno social e económico com impactos em diferentes áreas, tendo assim dado origem a duas visões dominantes.

A primeira visão, decorre da teoria da transição demográfica que tenta explicar este fenómeno pela via da adoção da contraceção pelas famílias à modernização socioeconómica e ao declínio da mortalidade infantil, em resultado de melhores condições assistenciais na área da saúde, conduzindo a um processo de adaptação às novas circunstâncias de vida, onde as motivações individuais foram o motor das mudanças ocorridas.

De acordo, com Bernhardt (2004) a segunda transição demográfica é caracterizada por uma tendência de relações mais frágeis entre o homem e a mulher, bem como o atrasar e menos provável transição para a parentalidade. Ou seja, esta transição reflete um adiamento do casamento e do nascimento do primeiro filho, mais coabitação e divórcio, resultando num declínio de fertilidade.

A principal característica demográfica, da segunda transição demográfica, de acordo com Dirk van de Kaa (1987) é o declínio da fertilidade para níveis abaixo do nível de substituição geracional.

Após o desenvolvimento do European Fertility Project que foi planeado com vista à realização de um estudo sobre o declínio da fecundidade na Europa, os seus resultados vieram originar uma visão oposta à da teoria da transição demográfica, tendo como principais fatores de mudança as questões socioculturais, a dinâmica dos processos de difusão de informação e a importância das atitudes coletivas.

Segundo Van de Walle (1992), esta oposição demonstrou-se tão forte que a expressão transição demográfica deixou progressivamente de ser utilizada, sendo substituída pela expressão de transição da fecundidade.

De forma a explicar a redução de natalidade o autor, McDonald (2000) propôs 4 eixos que determinam o declínio demográfico (cobrindo as disciplinas de: economia, sociologia, psicologia e feminismo), que são os seguintes: teoria da escolha racional; teoria de aversão ao risco; teoria dos valores pós-materialistas e teoria da igualdade de gênero.

A teoria da escolha racional implica que para ocorrer um efeito positivo no impacto na tomada de decisão de fertilidade é necessário aumentar os benefícios a nível psicológico ou reduzir os custos económicos associados ao se ter filhos.

A teoria de aversão ao risco, por sua vez, parte do princípio de que os custos e benefícios correspondem a custos e benefícios futuros. Portanto, não se poderá ter a certeza de qual é o custo ou benefício que se poderá vir a ter. Esta teoria implica a aplicação de investimentos em segurança económica (educação, longas horas de trabalho, poupanças) ao invés da insegurança que acompanha quem tem filhos (baixo rendimento por um período, incerteza de retornar no mercado laboral, aumento do consumo, responsabilidade económica para os seus dependentes).

A teoria dos valores pós-materialistas estipula que as mudanças sociais e demográficas são influenciadas pelo crescimento de valores de auto-realização, da satisfação de preferências pessoais, do liberalismo e da liberdade das forças tradicionais de autoridade em particular a religião. A propensão destes valores está associada ao aumento de divórcios, da coabitação e de nascimentos pré-nupciais.

A teoria da igualdade de género pode ser explicada em termos de incoerência entre os níveis de igualdade de género aplicada em diferentes instituições. Se as mulheres tiverem oportunidades quase equivalentes às dos homens ao nível da educação e no mercado de emprego, mas se essas oportunidades forem severamente reduzidas por terem filhos, então as mulheres restringem o número de filhos o que conduz a um nível muito baixo de fecundidade. Portanto a natalidade apenas aumentará se a equidade de género passar de níveis baixos para níveis altos, ou seja, se o modelo masculino de “ganha-pão” da família deixar de ser o pressuposto sobre o qual se assentam as instituições.

A taxa de aumento populacional na Europa tem sofrido alterações ao longo do tempo, tendo atingido uma taxa média anual de crescimento de 0,8% nos anos 1960 e decrescido para quase metade (0,45%) entre 1998 e 2008, segundo os autores Józwiak, e Kotowska, (2008). Atualmente o aumento populacional da Europa deve-se sobretudo à migração, sendo responsável por um aumento de cerca de 80% no aumento populacional. No sentido inverso ocorreu um decréscimo no número de nascimentos.

Outra tendência importante de salientar é a observação de uma tendência de convergência dos níveis de fertilidade entre os vários países Europeus, sendo a diferença entre a maior e a menor taxa de 0,7, enquanto que nos anos 60 era de 2,0.

Nos estudos desenvolvidos em vários países com mulheres em idades na ordem dos vinte anos, vieram demonstrar que as mesmas, tinham uma preferência em ter no futuro um número de filhos superior ao nível que permite a substituição de gerações.

De acordo com o estudo realizado de Bloom e Sousa-Poza (2010), o declínio drástico demográfico na última metade do século nas sociedades desenvolvidas resulta numa taxa de fertilidade baixa a longo prazo. Apesar do decréscimo demográfico nos países europeus ainda não experienciaram declínio populacional derivado à imigração (pouco relevante) e ao momentum populacional. O momentum populacional consiste num aumento da faixa etária das populações prevenindo um declínio absoluto populacional. Comprova-se que até 1975 o momentum populacional foi o principal fator que impediu o declínio populacional.

Atualmente reconhece-se que a estrutura de idade é um importante determinante no crescimento económico razão pela qual existe estudos recentes demonstrando preocupações em relação à crise de fertilidade na Europa, a qual, implica um declínio e envelhecimento populacional o que por sua vez, resulta num decréscimo económico e uma redução de padrões de vida.

Kohler et al. (2006) descreve como potenciais drivers: o aumento da participação laboral da mulher, atraso do casamento e saída de casa, atraso da gravidez, e o aumento de custos sociais e financeiros associados ao processo de cuidar crianças. Estes autores categorizaram estes fatores em componentes demográficas e comportamentais, gerando os seguintes grupos mais importantes de fatores: mudanças económicas e sociais, processos de interação social, distorção demográfica, padrões institucionais.

As mudanças económicas e sociais incluem fatores como incerteza económica para aqueles que entraram recentemente no mercado laboral e um aumento do regresso à educação. Por sua vez os processos de interação social descrevem como as decisões individuais vieram refletir alterações socioeconómicas abrangentes. As distorções demográficas estão relacionadas com o modo como o adiamento da fertilidade tem levado a um decréscimo temporário nos indicadores de período de fertilidade. Os padrões institucionais incluem mercados laborais rígidos, falta de cuidados com as crianças ou persistência de expectativas tradicionais relacionadas com o género. Todos estes fatores contribuem na explicação da tendência de baixa fertilidade na Europa.

Thomas Malthus (1798) previu que o crescimento populacional derivado da atração pelos géneros iria ultrapassar o fornecimento de comida, o que iria resultar num sofrimento para muitas pessoas. Nesta altura a população mundial era aproximadamente de mil milhões, a sua previsão constata-se errada, pois não teve em consideração o engenho e inovação do ser humano.

Por sua vez, Paul Ehrlich (1968) criou a seguinte previsão, que o rápido crescimento populacional (nesse momento a população mundial tinha ultrapassado os 3 mil milhões) ia gerar consequências terríveis a nível social, económico e ambiental. Após a população mundial ter ultrapassado os 6,5 mil milhões, este autor em 2008 voltou a mencionar a relevância de entendermos o impacto ambiental negativo e suas consequências derivado ao crescimento populacional.

Mas existe a visão oposta sobre o crescimento populacional, sendo que os principais autores desta teoria são Simon Kuznets (1967), Esther Boserup (1981) e Julian Simon (1981) que contrapõem afirmando que com a existência de escassez de recursos existe um estímulo de engenho e inovação para o ser humano que leva a um avanço tecnológico, desenvolvimento este, que cria um aumento na produção de comida e dos padrões de vida para evitar miséria em massa.

Em 1986, surgiu outra visão sobre o crescimento populacional, denominada como a visão neutralista, criada a partir de um estudo desenvolvido pelo Conselho Nacional de Pesquisa (National Research Council) dos Estados Unidos. Esta teoria concluiu que não existe nenhuma correlação entre o crescimento populacional e o crescimento económico, pois vários países com um crescimento rápido populacional detinham diferentes taxas de crescimento económico. Esta visão ficou conhecida como ‘neutralismo populacional’ e manteve-se até a década de noventa.

Uma peça essencial do mecanismo básico de contabilidade é linear: se uma fração grande de uma população está numa idade ativa e empregada, o output económico per capita aumenta, assumindo níveis estáveis, razoáveis de output por trabalhador. Outro aspeto deste mecanismo de contabilidade que é menos conhecido, é o das pessoas de idade ativa tendem a poupar mais do que as pessoas em idade de reforma. Uma parcela maior de pessoas em idade ativa, significa que o total de poupanças tenderá a aumentar, se a economia funcionar numa maneira razoável, essas poupanças podem ser canalizadas para o investimento o que é essencial para o crescimento da economia de qualquer país.

Existem duas teorias principais sobre pós-transição demográfica, a teoria da segunda transição demográfica e a teoria de new home economics (NHE). A teoria de NHE foi desenvolvida por Becker e Mincer na década de 60. De acordo com a NHE as pessoas ou casais, maximizam a utilidade do ciclo de vida considerando os recursos que devotam em nutrir pela educação da criança no contexto de escassez de tempo e de rendimento. Portanto existem dois tipos de custos segundo esta teoria, os custos diretos e indiretos, em que os custos diretos consistem nos custos relacionados com a redução de rendimento dos pais após o nascimento e os custos indiretos das crianças estão relacionados com o custo de oportunidade de tempo dedicado aos cuidados de saúde infantil.

Significando, que qualquer aumento do rendimento dos pais, ou qualquer redução de custos associados ao processo de educação de crianças, deve aumentar a fertilidade, mas um aumento do rendimento da mulher, aumenta o custo de oportunidade de se ter filhos logo a fertilidade poderá diminuir.

Na União Europeia (UE) assistimos a um envelhecimento da população, mas temos alguns países, como a França onde a taxa de natalidade é uma das mais altas da EU (1,92 nascimentos em 2017) considerada "uma exceção demográfica", segundo a BBC (2020) [<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51128778> artigo da BBC publicado a 16 janeiro 2020 consultado a 06/11/2021].

Para Moniz (2017) ao concentrar na Tabela 2.1 (que apresenta as taxas de investimento em percentagem do PIB) as principais modalidades de apoio à natalidade existentes nos países comparados, justificando-se assim que a França e Suécia possuem as taxas de fecundidade mais altas da Europa, respetivamente de 2,02 e 1,93, distinguem-se pelo seu maior investimento para as famílias no PIB (recursos financeiros diretos; prestação de serviços relacionados com as instituições para crianças e entidades patronais e incentivos fiscais para as famílias com filhos), comparativamente com Portugal.

Tabela 2.1 – Comparação do investimento efetuado nas modalidades de apoio à natalidade

Países	Dinheiro	Serviços	Incentivos Fiscais	Total
França	1,57	1,36	0,68	3,61
Suécia	1,49	2,14	0	3,64
Portugal	0,8	0,45	0,2	1,44

Fonte: OCDE (2015)

2.2. Fecundidade em Portugal

A Constituição da República Portuguesa (2005) refere no seu Artigo 9.º (Tarefas fundamentais do Estado), na alínea d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais. Significando de que o atual modelo económico e social se deverá adequar e ou modernizar para assegurar as condições de melhoria de qualidade de vida do povo, no caso concreto fomentar condições favoráveis à promoção e aumento da natalidade, no seu Artigo 36.º (Família, casamento e filiação), menciona no ponto 1 – Todos têm o direito de constituir família e de contrair casamento em condições de plena igualdade; e no ponto 5 – Os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos. Formar uma família é assumir decisões ao nível reprodutivo que implicam a conjugação de suportes de várias ordens, emocional, comportamental, financeiro, habitação e emprego, para que seja exequível a sustentabilidade de um novo ser humano. Menciona no Artigo 59.º (Direitos dos trabalhadores), nas alíneas b) A organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da atividade profissional com a vida familiar; e c) A especial proteção do trabalho das mulheres durante a gravidez e após o parto. Refere no Artigo 64.º (Saúde), na sua alínea b) Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a proteção da infância, da juventude e da velhice; e no Artigo 65.º (Habitação e urbanismo), no ponto 1 – Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. Menciona ainda, nos Artigo 68.º (Paternidade e maternidade), no ponto 2 – A maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes; e no Artigo 69.º (Infância), no ponto 1 – As crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral.

Face à conjuntura económica e social de instabilidade e precaridade no emprego, entre outros constrangimentos, os pais deparam-se com enormes dificuldades em assumirem compromissos reprodutivos, adiando-os no horizonte temporal.

A nível nacional existe um estudo que analisou especificamente este fenómeno, realizado por Oliveira, (2007), compreendendo o período de um século, de 1890 a 1981, em que utilizou o Índice de fecundidade legítima de Coale, o qual permitiu com especificidade analisar a evolução da fecundidade dos casais portugueses em todos os distritos do território nacional. Os resultados demonstraram que na maioria dos distritos, a primeira transição da fecundidade que ocorreu em duas fases, a primeira entre 1925 e 1940 apresentando um declínio acentuado da fecundidade legítima; a segunda foi entre 1940 e 1965, declínio menos acentuado com tendência a uma estabilização. A segunda transição da fecundidade em Portugal, verificou-se a partir de 1970 até à atualidade, denotando-se um novo declínio acentuado da fecundidade.

A alteração da estrutura demográfica portuguesa, caracterizou-se por um processo de envelhecimento da população portuguesa na década dos anos 80, em que o Índice de Dependência de Idosos se sobrepôs ao Índice de Dependência de Jovens até à atualidade, significando que o número de pessoas idosas (mais de 60 anos) passou a ser superior ao número de jovens (dos 0 aos 29 anos), ou seja, refletindo uma diminuição gradual da fecundidade e um aumento da esperança média de vida, em resultado dos progressos das condições de vida verificados em Portugal, em termos sociais.

Nos anos 1982 e 1983, de acordo com o INE, Portugal passou a ter um ISF de 2,08 e 1,96 respetivamente, apresentando valores abaixo do limiar necessário para se garantir a substituição de gerações, a partir deste período, a população portuguesa deixou de garantir a substituição das gerações futuras gerando, em média, menos de 2,1 filhos por mulher (nível de substituição).

Na segunda metade do século XX, nomeadamente em 1960, a mulher portuguesa em idade fecunda tinha em média 3,2 filhos. Decorridos mais de vinte anos Portugal passou a apresentar um valor de ISF abaixo do necessário para garantir a substituição de gerações, conforme os dados do INE.

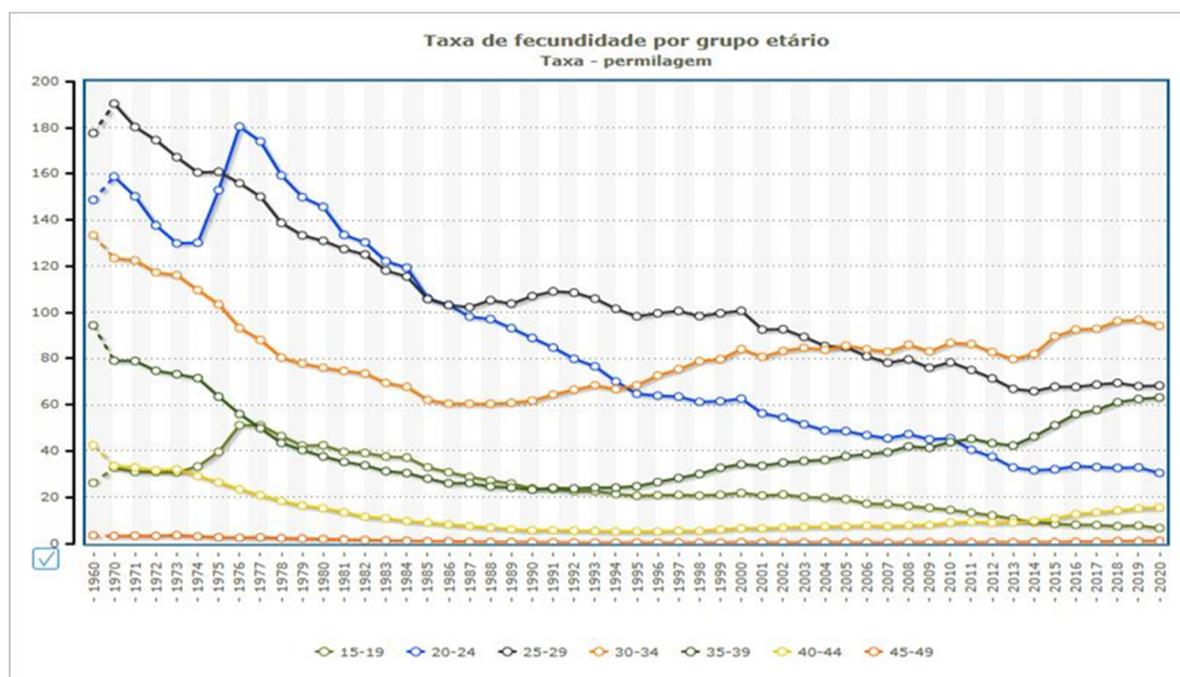
Tabela 2.2 – Evolução do ISF em Portugal, no período de 1960 e 2020

Anos	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2020
ISF	3,20	3,00	2,13	1,56	1,45	1,35	1,40

Fonte: INE, PORDATA, última atualização 05.06.2021

De acordo com INE, existem quatro fases essenciais na evolução da fecundidade em Portugal, a partir de 1960. No ano 1960 a mulher portuguesa em idade fértil ainda tinha em média 3,2 filhos, ou seja, a substituição de geração encontrava-se assegurada. Na primeira fase, ocorreu um período de estabilidade e de uma ligeira redução de fecundidade na década de sessenta (1960-1970). Numa segunda fase, ocorreu um decréscimo muito acentuado entre 1971 a 1985, no qual o ISF passou de 3 para 1,7 (apesar de entre 1976 e 1977 ter-se verificado um aumento ligeiro, provavelmente derivado ao retorno de milhares portugueses das ex-colónias). Na terceira fase ocorreu um decréscimo de menor destaque entre 1986 e 1994. Na quarta e última fase, consiste desde 1995 até ao momento atual, tem-se verificado a manutenção de um decréscimo contínuo apresentando em alguns anos ligeiros aumentos que se tornam pontuais e sem expressividade na capacidade de recuperação de ISF, ou seja, insuficientemente capazes de garantir novas melhorias no futuro.

Gráfico 2.1 – Evolução da taxa de fecundidade por grupo etário em Portugal 1960-2020



Fonte: INE, PORDATA, última atualização, 15.06.2021

O gráfico 2.1, refere-se à evolução da taxa de fecundidade por grupos etários, em Portugal, no período de 1960 a 2020, permite visualizar as principais alterações ocorridas ao longo do tempo e quais os grupos etários em que atualmente são dominantes em termos de fecundidade portuguesa.

O grupo etário dos 15-19 anos referente às gravidezes na adolescência tiveram uma diminuição acentuada desde 1960 e atualmente apresentam valores residuais, no dos 45-49 anos permaneceu sempre estável e residual, assumindo a 7ª posição. O grupo etário dos 20-24 anos foi dominante entre 1976 a 1984 e em seguida teve uma diminuição progressiva no tempo em análise, em 2020 ficou na 4ª posição.

O grupo etário dos 25-29 anos foi dominante entre 1960 a 1975, depois teve uma diminuição até 1985, tendo assumido a liderança novamente, entre 1986 a 2004, tendo em seguida nova diminuição até 2020 ficando em 2ª posição. O grupo etário dos 30-34 anos, estava em 1960 na 3ª posição e em 2020 encontrava-se na 1ª posição, significando que entre 2005 e 2020, as mulheres portuguesas do grupo de idades dos 30-34 anos são o principal grupo de mulheres a dar mais contributos na fecundidade portuguesa, confirmando os estudos dos autores nacionais e internacionais. O grupo etário dos 35-39 anos, em 1960 estava na 4ª posição e em 2020 na 3ª posição, tendo apresentado uma diminuição até 1992 e de 1993 até 2020 teve um aumento progressivo. O grupo etário dos 40-44 anos, em 1960 estava na 5ª posição e em 2020 manteve-se se na 5ª posição, tendo uma diminuição até 1988 e em seguida manteve-se valores estacionários.

Para Mendes et al, (2016), refere que “À medida que a idade avança, a propensão de não se experienciar quer a maternidade, quer a paternidade diminui, esbatendo-se as diferenças entre homens e mulheres. A idade é definitivamente uma variável central na explicação do comportamento de fecundidade”.

A população jovem em 1975, representava cerca de 51 % da população total com 4.628.580, em 2015 verificou-se passados 40 anos uma redução na ordem de 30 %, significando menos 1.500.000.

Desde 1980, que o ISF em Portugal se situa abaixo dos 2,1, segundo estas projeções demográficas do INE, caso não exista uma reforma progressiva e integradora sobre os incentivos económicos na promoção e manutenção da natalidade, Portugal permanecerá aproximadamente um século com um ISF abaixo do limite necessário para garantir a substituição de gerações.

O resultado deste acontecimento, leva a um acréscimo de aproximadamente 800 mil idosos e à redução de 400 mil jovens (comparativamente à população de 2018), ou seja, a população portuguesa irá continuar a decrescer acentuadamente e a tornar-se cada vez mais idosa (derivado ao aumento considerável da esperança média de vida, mas também, à redução significativa de nados-vivos), conduzindo conseqüentemente a múltiplos impactos económicos, derivados desta alteração na estrutura demográfica.

Gráfico 2.2 – Evolução da população portuguesa de 1991 - 2013



Fonte: INE

Fonte: INE (2014)

Segundo as projeções do INE, elaboradas para 2060 e com base na associação de três indicadores: fecundidade, mortalidade e migrações, preveem num pior cenário, uma redução da população para valores mínimos de 6,3 milhões de habitantes em Portugal, e num cenário intermédio a população pode ascender entre 8,5 milhões a 9,2 milhões, no caso de maior volume respetivamente de migração e aumento da fecundidade.

No gráfico 2.2, pode-se visualizar que a população portuguesa estabilizou entre 2004 a 2010, na ordem dos 10 aos 10,5 milhões de habitantes, e que a partir de 2011 iniciou-se uma redução gradual da população, com tendência de um processo de continuidade.

De acordo com as projeções do INE, prevê para 2080, que a população portuguesa em idade ativa (15 a 64 anos) diminuirá em aproximadamente 2,2 milhões de pessoas, acontecimento este que terá repercussões económicas devastadoras e sistémicas, em termos do financiamento do Estado Social e da economia do País. Estas projeções, prevê um ISF na ordem de 1,42, sendo por isso de extrema urgência atingir-se de forma célere um ISF de 2,1.

No âmbito da proteção concedida pelo sistema de proteção social em Portugal, inclui as seguintes prestações de carácter pecuniário: abono de família pré-natal; abono de família para crianças e jovens; subsídio parental; licenças parentais (tempo parcial de trabalho); horário flexível de trabalho com responsabilidades familiares. Em 2008, foram criados subsídios sociais para a maternidade e paternidade; bolsa de estudo (combater a exclusão escolar) e em 2009 ocorreu o reforço dos direitos do Pai, na conciliação da vida laboral e vida familiar.

A problemática da baixa natalidade não contribui para garantir a continuidade da existência do atual modelo de SS, daí que será um desafio praticamente impossível, tendo em consideração os atuais níveis de sobre-endividamento dos agentes económicos no nosso país (famílias, empresas e Estado), ou seja, o número de pessoas dependentes da SS irá aumentar e o número de pessoas a realizar descontos para a SS, irá diminuir.

Para Castro (2016) refere que “Este cenário se explica pela redução da população ativa no mercado de trabalho, acompanhada pelo decréscimo das suas contribuições para o sistema previdencial de repartição. Ao mesmo tempo, verifica-se o aumento da despesa pública, resultante das garantias prestadas no âmbito do modelo social europeu. Assim, tende a existir uma discrepância entre as contribuições e despesas do sistema.”

No entanto, esta não é a única situação adversa resultante do atual decréscimo demográfico, existe também a associação de um declínio do PIB português, o que por sua vez, pode levar a uma redução na qualidade de vida e no bem-estar dos portugueses a médio e a longo prazo.

De acordo com um estudo elaborado pela Associação Missão e Crescimento (2019) faz-se uma breve caracterização do estado da economia portuguesa, mencionando que “O crescimento da economia portuguesa nas últimas duas décadas tem sido claramente dececionante, sobretudo quando comparado com o desempenho nas décadas anteriores e aquando da entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, o PIB per capita, ainda só correspondia a 50% da média de UE14, o que significa que nos 15 anos seguintes houve uma convergência de cerca de 1 ponto percentual (p.p.) ao ano”. Também referiu que “No século XXI a economia Portuguesa estagnou, registou-se uma crise de dívida e foi necessário recorrer a ajuda externa pela terceira vez desde o 25 de abril de 1974. Apesar de se ter registado alguma recuperação depois de 2013, o PIB per capita real de 2018 foi só cerca de 8% maior que o de 2000, o que se traduz numa baixíssima taxa de crescimento média de 0,5% ao ano”.

O mesmo estudo, reafirma ainda que “A estagnação da economia portuguesa no século XXI coincidiu com a estagnação da produtividade – ver Alexandre et al. (2017). Na análise das causas da estagnação da produtividade da economia portuguesa destaca-se o baixo stock de capital por trabalhador – cerca de metade da média da UE. A taxa de investimento apresentou uma trajetória descendente no século XX, caindo de um dos valores mais elevados da EU em 1999 (29% do PIB em 1999) para um dos mais baixos em 2013 (15%). A recuperação dos últimos anos foi lenta e não retirou a economia portuguesa dos últimos lugares (17% em 2018)”.

Segundo Banco de Portugal (2014) referiu que “a economia portuguesa apresenta também debilidades importantes, em comparação com a generalidade das economias avançadas, o stock de capital por trabalhador em Portugal é bastante reduzido e globalmente consistente com o diferencial de produtividade face àquelas economias, com implicações importantes em termos de crescimento, e que a quantidade do fator trabalho não contribuiu nos últimos anos para o crescimento na economia portuguesa”.

Assim, justifica-se a intervenção urgente de políticas públicas de promoção da natalidade que sejam capazes de assegurar de um modo planeado e integrado uma recuperação do ISF em Portugal, com a execução de estratégias a curto, médio e a longo prazo que, promovam o rejuvenescimento da população portuguesa para que nas próximas décadas Portugal possa conseguir inverter a tendência atual de envelhecimento populacional, evitando a perda de população pela ausência dos nascimentos em Portugal, visto que o recurso ao possível retorno de emigrantes não tem sido a verdadeira solução conforme nos têm demonstrado as estatísticas nacionais relativas ao fenómeno em análise.

Verifica-se que, desde o Inquérito à Fecundidade e Família em 1997 do INE a principal causa que leva aos casais a optarem, por não ter (mais) filhos se deve essencialmente a motivos económicos.

Apesar do número de nascimentos ter decrescido na Europa, a percentagem de intenção de fertilidade é superior aos níveis de fertilidade verificados. Esta situação destaca a importância de se proporem soluções para contornar os diversos fatores que não contribuem para o aumento da taxa de natalidade.

Os países que apresentam melhores níveis de fertilidade apostam numa gama alargada de medidas e políticas que disponibilizem similares oportunidades e escolhas a homens e mulheres, e que alivie as tensões entre a família e as oportunidades de emprego. Exemplos destas medidas são o regime de trabalho flexível ou de part-time, licenças de maternidade/paternidade, redução da carga fiscal, incentivo financeiro a famílias numerosas ou o baixo custo das creches por exemplo.

De acordo com a definição de incentivos económicos de Stiglitz, (1998), o incentivo económico significa que num contexto económico, os incentivos correspondem a fatores vantajosos que motivam os indivíduos a tomar uma decisão a favor de uma determinada opção.

Lesthaeghe e Van de Kaa (1986), referem que o paradigma da segunda transição demográfica implica que a fertilidade baixa, consoante a mulher detenha educação e rendimentos superiores, em sociedades desenvolvidas, onde as pessoas consideram a família ser menos central e focam-se na sua própria autorrealização.

Becker (1991), descobriu que um aumento nos ganhos das mulheres detém um efeito ambíguo na fertilidade. Ou seja, aumenta o rendimento disponível, mas ao mesmo tempo, aumenta o custo de oportunidade das crianças. Pois pessoas com educação superior tendem a deter aspirações de carreira superior.

De acordo, com Yashiro (1998), existe a possibilidade de continuarmos neste ciclo de baixa fertilidade, uma vez que um menor número de filhos possibilitará proporcionar uma qualidade de vida maior (por exemplo: aumento da escolaridade). Logo estas crianças irão crescer e deter uma escolaridade superior adiando desta forma a sua entrada no mercado de trabalho, bem como o casamento e a maternidade/paternidade, o que por sua vez condicionará ter mais filhos (derivado ao fato de que quanto mais tarde se tem filhos, menor será a probabilidade do aumento da taxa do agregado familiar).

Em concordância com os autores Luci e Thévenon (2011), existe uma correlação entre rendimento e fertilidade, recentemente a mesma passou de negativa a positiva em muitos países desenvolvidos, pelo menos em nível macroeconómico.

De acordo com o estudo de Ahn e Sánchez-Marcos (2019) sobre a análise de fertilidade de grupos através do estudo de dados socioeconómicos em Espanha, encontram que em duas décadas (entre 1978 e 1998) a taxa de fertilidade total passou de 2,8, para 1,1 (abaixo do índice sintético de fecundidade necessário para manter uma população), ou seja, a taxa de fertilidade decresceu em aproximadamente 61%. Em termos de comparação com Portugal, durante o mesmo período o índice de fecundidade foi de 2,45 e 1,48 respetivamente, correspondendo a uma diminuição de aproximadamente 40%.

Este estudo veio comprovar a existência de um atraso contínuo da gravidez em diversas faixas etárias de mulheres nascidas em 1960 até 1980 (que por norma perdura até aos 30 anos de idade), em particular os primeiros nascimentos. Bem como a observação de um aumento rápido de ausência de filhos das camadas mais jovens da sociedade.

CAPÍTULO 3

Metodologia

Neste capítulo encontra-se a análise dos microdados estatísticos utilizados para a construção do modelo econométrico. Os dados obtidos para este estudo foram disponibilizados pelo Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais do INE (2019) (https://ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE), constituem uma amostra das respostas ao inquérito de fecundidade de 2019, realizado em Portugal. Das variáveis disponíveis selecionaram-se as mais importantes para análise, do estudo.

As respostas ao inquérito analisadas foram unicamente das mulheres, visto o estudo centrar-se na fecundidade realizada. A população alvo do nosso estudo são mulheres em idade fértil, em Portugal, que responderam ao referido inquérito. A dimensão da nossa amostra após a seleção das variáveis mais importantes e a exclusão de homens é constituída pelas 5.178 mulheres em idade fértil dos 18 aos 49 anos, tornando-se assim numa amostra representativa. Os dados extraídos desta amostra que deram as respostas ao inquérito de fecundidade de 2019, permitiram a partir da totalidade das variáveis disponíveis, selecionar um grupo delas que foram consideradas como as mais importantes para a análise e desenvolvimento da temática desta investigação. As variáveis selecionadas serão em seguida analisadas.

3.1. Modelo Conceptual

Neste capítulo encontra-se a descrição do modelo utilizado para analisar a natalidade em Portugal segundo um conjunto de variáveis socioeconómicas. Da revisão da literatura feita no capítulo anterior, verificou-se que a natalidade depende de um conjunto vasto de fatores, neste estudo serão incluídos o n.º de casamentos, a intenção de ter mais filhos biológicos, o escalão do rendimento mensal líquido do agregado familiar, a idade da mulher, a qualificação do pai e da mãe, as políticas sociais e económicas que incentivem a natalidade.

No caso do atual estudo, formulam-se as seguintes hipóteses:

- Os efeitos económicos afetam a fecundidade da mulher em pelo menos 3 ou mais filhos
- Caso contrário (efeitos económicos não afetam a fecundidade da mulher em pelo menos 3 ou mais filhos)

3.2. Análise Descritiva

Neste subcapítulo encontra-se a análise descritiva das variáveis usadas no modelo que estima o efeito de fatores socioeconómicos que na natalidade em Portugal. A variável usada para caracterizar a natalidade em Portugal, foi “Mulheres em idade fértil, com fecundidade realizada”. Nos fatores socioeconómicos encontram-se as seguintes variáveis: o número de casamentos; a intenção de ter mais filhos biológicos; escalões de rendimento mensal líquido do agregado familiar; qualificações académicas dos pais e mães e do grau de importância dos incentivos fiscais das entidades empregadoras que apoiam os trabalhadores com filhos.

Conforme se pode observar na Tabela 3.1, cerca de 37 % do total das mulheres em idade fértil inquiridas, responderam que não tiveram nenhum filho, sendo um valor muito expressivo e que cerca de 28 % das mães tiveram um só 1 filho igualando o grupo de mães que com idêntico valor percentual tiveram 2 filhos, e apenas cerca de 7 % das mães tiveram 3 ou mais filhos. Ou seja aproximadamente 65 % destas mulheres detêm uma fecundidade inferior a 2,1, o mínimo necessário para garantir a substituição de gerações.

Tabela 3.1 – Fecundidade Realizada

	Filhos (n.º)	Frequência (n.º)	Percentagem (%)	Percentagem válida (%)	Percentagem acumulativa (%)
Válido	0	1909	36,9	36,9	36,9
	1	1431	27,6	27,6	64,5
	2	1472	28,4	28,4	92,9
	≥3	366	7,1	7,1	100,0
	Total	5178	100,0	100,0	

A Tabela 3.2, expressa-nos que 52 % do total das mulheres inquiridas, responderam que tiveram um primeiro casamento e que cerca de 46 % delas não se casaram, e que apenas cerca de 2 % tiveram dois casamentos ao longo do seu ciclo de vida e até à data da realização do inquérito. O casamento é um fator de cumprimento de tradição, logo a probabilidade de mulheres casadas terem mais filhos deve apresentar-se superior às mulheres que formam família sem se casar.

Tabela 3.2 – N.º de Casamentos

N.º de Casamentos (C0110)					
	Casamentos (n.º)	Frequência (n.º)	Percentagem (%)	Percentagem válida (%)	Percentagem acumulativa (%)
Válido	0	2367	45,7	45,7	45,7
	1	2694	52,0	52,0	97,7
	2	114	2,2	2,2	99,9
	3	3	0,1	0,1	100,0
	Total	5178	100,0	100,0	

Na Tabela 3.3, podemos observar que cerca de 50 % das mulheres inquiridas, referiram que não têm intenção de ter mais filhos biológicos e apenas cerca de 8 % mencionam opinião contrária.

Tabela 3.3 – Intenção de ter mais filhos biológicos

Intenção de ter mais filhos biológicos (E0120)					
		Frequência (n.º)	Percentagem (%)	Percentagem válida (%)	Percentagem acumulativa (%)
Válido	1 - Sim	402	7,8	12,2	12,2
	2 - Não	2558	49,4	77,5	89,7
	3 - Não pode ter mais filhos	228	4,4	6,9	96,6
	9 - Não responde	111	2,1	3,4	100,0
	Total	3299	63,7	100,0	
Omisso	99	1879	36,3		
Total		5178	100,0		

Conforme se pode observar na Tabela 3.4, verifica-se um aglomerado de 4 escalões de rendimento mensal líquido do agregado familiar das mulheres inquiridas, com valores percentuais muito próximos, com 12,6 % no de 1.101 a 1.300; com 11,7% no de 1.801 a 2.200; com 11,5 % no de 1.301 a 1.500; e 10,7% no de 1.501 a 1.800. Também é de se valorizar outro aglomerado de 3 escalões, com 9,7% no de 901 a 1.100; com 9,2 % no de 501 a 700 e com 8,0 % no de 701 a 900. Verifica-se que as percentagens de mulheres que se inserem em agregados familiares com escalões de até 500 € e de valores superiores ou iguais a 2901 € ocupam as percentagens mais reduzidas, entre 2,4% e 7,8% respetivamente. Constata-se que a percentagem de mulheres inquiridas se distribui uniformemente entre os restantes escalões de rendimento mensal líquido do agregado familiar. Que entre os restantes escalões existe uma uniformidade na distribuição de frequência, sendo que as percentagens se situam entre aproximadamente 9% e 14%.

Tabela 3.4 – Escalão do rendimento mensal líquido do agregado familiar

		Escalão do rendimento mensal líquido do agregado familiar (ESC_REND)			
		Frequência (n.º)	Percentagem (%)	Percentagem válida (%)	Percentagem acumulativa (%)
Válido	1 - Até 500	111	2,1	2,4	2,4
	2 - 501 a 700	478	9,2	10,1	12,5
	3 - 701 a 900	414	8,0	8,8	21,3
	4 - 901 a 1100	501	9,7	10,6	31,9
	5 - 1101 a 1300	650	12,6	13,8	45,7
	6 - 1301 a 1500	597	11,5	12,7	58,4
	7 - 1501 a 1800	555	10,7	11,8	70,1
	8 - 1801 a 2200	607	11,7	12,9	83,0
	9 - 2201 a 2900	432	8,3	9,2	92,2
	10 - >=2901	368	7,1	7,8	100,0
	Total	4713	91,0	100,0	
Omisso	9990	465	9,0		
Total		5178	100,0		

A Tabela 3.5, expressa o conjunto de medidas estatísticas associadas à idade da pessoa, em que a média é de 36,85 e a mediana é de 39,00. Verifica-se que o valor da média é diferente do valor da mediana, significando que estamos perante uma distribuição assimétrica, em que devido ao valor da mediana é superior ao valor da média, assume-se como uma distribuição assimétrica à esquerda. Tem uma variância de 89,125 e um desvio padrão de 9,44. Obtendo-se como valor máximo de 49 e de mínimo 18, cujo intervalo é de 31. A assimetria obtida tem o seguinte resultado de -0,572 e em termos de curtose, o seu valor é de -0,967 denominando-se assim como curtose platicúrtica.

Tabela 3.5 – Idade da Pessoa

	Medidas Estatística	Resultado	Erro Padrão
Idade da Pessoa (IdadeIndiv)	Média	36,85	0,131
	Mediana	39,00	
	Variância	89,125	
	Erro Desvio	9,441	
	Máximo	49	
	Mínimo	18	
	Intervalo	31	
	Assimetria	-0,572	0,034
	Curtose	-0,967	0,068

Na Tabela 4.6, visualizamos o nível de escolaridade do pai e da mãe da nossa amostra em que 71,1 % tem escolaridade até ao ensino básico completo, e 12,1 % pelo menos um dos progenitores tem o secundário e pós-secundário bem como 12,4 % pelo menos um dos progenitores tem o nível de escolaridade superior.

Tabela 3.6 – Qualificações do Pai e da Mãe

Qualificações do Pai e da Mãe (qualifpai_qualifmae_grup)					
		Frequência (n.º)	Porcentagem (%)	Porcentagem válida (%)	Porcentagem acumulativa (%)
Válido	1 - Mãe e pai com escolaridade até ao básico completo	3682	71,1	71,1	71,1
	2 - Pelo menos um (mãe ou pai) tem secundário e pós-secundário, e o outro tem nível de escolaridade inferior	625	12,1	12,1	83,2
	3 - Pelo menos um (mãe ou pai) tem nível de escolaridade superior	641	12,4	12,4	95,6
	99	230	4,4	4,4	100,0
	Total	5178	100,0	100,0	

Quanto ao grau de importância dos incentivos fiscais das entidades empregadoras proporcionam em termos de apoios aos trabalhadores com filhos, na Tabela 4.7 observamos que cerca de 42 % das mulheres inquiridas referiram como elevado grau de importância, a existência deste tipo de apoios, nas empresas.

Tabela 3.7 – Grau de importância no âmbito de outras medidas: atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos

Grau de importância no âmbito de outras medidas: atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos (F0843)

		Frequência (n.º)	Percentagem (%)	Percentagem válida (%)	Percentagem acumulativa (%)
Válido	1 - 1ª	2170	41,9	41,9	41,9
	2 - 2ª	1458	28,2	28,2	70,1
	3 - 3ª	876	16,9	16,9	87,0
	9- Não tem opinião	36	0,7	0,7	87,7
	99	638	12,3	12,3	100,0
	Total	5178	100,0	100,0	

Resumindo os dados da análise descritiva, que se encontram expressos nas tabelas de 3.1 à 3.7, verificou-se que no âmbito da fecundidade realizada, cerca de 65 % das mulheres inquiridas tiveram uma fecundidade inferior ao valor de 2,1 que é o valor considerado como mínimo para se assegurar a substituição de gerações, em termos demográficos. Ao nível do número de casamentos realizados, cerca de 52 % do total das mulheres inquiridas, tiveram um primeiro casamento. Relativamente aos escalões mais predominantes, de rendimento mensal líquido do agregado familiar das mulheres inquiridas em euros, verificou-se que existem 4 escalões mais elevados e de maior proximidade entre eles, no de 1.101 a 1.300 com 12,6%; no de 1.801 a 2.200 com 11,7%; no de 1.301 a 1.500 com 11,5 %; e no de 1.501 a 1.800 com 10,7%.

A média da idade das mulheres inquiridas é de cerca de 37 anos, mas ao avaliar-se a média de idade das mulheres com fecundidade realizada (mães) este número sobe para 41 anos de idade. No entanto é relevante mencionar que se o foco for apenas a idade da mulher quanto teve o primeiro filho neste universo de mulheres que responderam à esta pergunta 3207 são mães, a idade média passa a ser aproximadamente 22,5 anos de idade derivado a valores extremos de adolescentes que são mães (como por exemplo uma criança de 9 anos que foi mãe), portanto se avaliar-se apenas a idade da mulher adulta (18 ou mais anos) quando foi mãe pela primeira vez a idade média é de 23,3.

Ao nível das qualificações que o pai e/ou mãe são portadores, verificou-se que 71,1 % tem escolaridade até ao ensino básico completo, que cerca de 12 % pelo menos um dos progenitores tem o secundário e pós-secundário e também cerca de 12 % pelo menos um dos progenitores tem o nível de escolaridade superior.

Quanto à possibilidade da existência de uma política favorável à natalidade, em que as empresas recebam apoios fiscais caso adotem uma prática de gestão mais flexível para colaboradoras que são mães, cerca de 42 % das mulheres inquiridas mencionaram, que esta medida é de elevada importância (1º grau), valorizando assim a existência deste tipo de apoios no sector empresarial.

3.3. Modelo Econométrico

O modelo econométrico a utilizar, é o modelo de regressão Probit ordenado (Maddala, 1983, Greene, 2000). Este modelo também é chamado de modelo cumulativo de função de ligação (cumulative link model), é um modelo linear generalizado para variáveis não contínuas, ou seja, uma extensão do modelo linear geral.

Tabela 3.8 – Descrição dos níveis da fecundidade realizada

Nível	Descrição
0	0 filhos
1	1 filho
2	2 filhos
3	3 ou mais filhos

A variável a explicar, fecundidade realizada está definida em 4 níveis, como se pode verificar na Tabela 3.8. Portanto a variável dependente é uma variável categórica, razão pela qual se opta por utilizar o modelo Probit ordenado (ordem decrescente), ou seja, compara-se a probabilidade de fecundidade realizada 0, com os restantes níveis (probabilidade de existir fecundidade).

Considera-se que a tendência para a fecundidade realizada da mulher i (F_i) se encontra num determinado nível de fecundidade mediante a seguinte equação:

$$F_i^* = \beta' X_i + \varepsilon_i \quad (3.1)$$

Na Equação (3.1), F_i é a fecundidade realizada, β um vetor de parâmetros a estimar, X um vetor de variáveis explicativas e ε_i uma componente aleatória iid $N(0, 1)$.

No vetor das variáveis explicativas, x_1 constitui o n.º de casamentos, x_2 é a intenção de ter mais filhos biológicos, x_3 representa o escalão do rendimento mensal líquido do agregado familiar, x_4 é a idade da mulher, x_5 representa a qualificação do pai e da mãe, x_6 é o grau de importância no âmbito de outras medidas: atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos.

A idade do indivíduo é a única variável contínua utilizada no modelo. Em relação às restantes variáveis do modelo são todas ordinais, como por exemplo o n.º de casamentos observa, se um determinado inquirido é solteiro, casado ou se casou duas vezes. Por sua vez a variável intenção de ter mais filhos biológicos detém três resultados possíveis de 1 a 3 que corresponde respetivamente a intenção de ter mais filhos biológicos, a intenção de não ter mais filhos biológicos e a de não poder ter mais filhos biológicos. Em relação ao escalão do rendimento mensal líquido do agregado familiar existem 10 escalões possíveis, o resultado do 10º escalão (2901 euros ou mais) deteve um valor marginal, razão pela qual não aparecer nos resultados do modelo. Sobre as qualificações do pai e da mãe existem 3 possíveis respostas: mãe e pai com escolaridade até ao básico completo, pelo menos um (mãe ou pai) tem secundário e pós-secundário, e o outro tem nível de escolaridade inferior ou pelo menos um (mãe ou pai) tem nível de escolaridade superior, as mesmas estão ordenadas de 1 a 3 respetivamente. Na averiguação do grau de importância de atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos os resultados possíveis aos inquiridos são de primeiro, segundo e terceiro grau sendo que estes resultados também estão ordenados respetivamente de 1 a 3.

CAPÍTULO 4

Resultados e Discussão

Neste capítulo, encontram-se expressos os resultados estatísticos obtidos após a utilização do Modelo Econométrico denominado como Modelo Probit Ordenado através das 6 variáveis explicativas que foram selecionadas neste estudo que são o número de casamentos; intenção de ter mais filhos biológicos; escalão do rendimento mensal líquido do agregado familiar; idade do indivíduo; qualificações do pai e da mãe; atribuir incentivos fiscais, que serviram de base à respetiva discussão de dados. O tratamento dos dados foi realizado utilizando o software Statistical Program for the Social Science.

4.1. Apresentação dos Resultados

Os resultados da estimação encontram-se na Tabela 4.1. Como se pode observar na Tabela 4.1, qualquer categoria da variável “número de casamentos” tem coeficientes positivos e estatisticamente significativos, o que indica que uma variação positiva no número de casamentos, aumenta a probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos (inclui ter 1, 2, 3 ou mais filhos) e diminui a probabilidade do indivíduo não ter filhos. Quanto à variável “intenção de ter mais filhos”, a resposta se for “sim” aumenta a probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos e diminui a probabilidade do indivíduo não ter filhos, mas se for “não” ou “não pode ter mais filhos” diminui a probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos e aumenta a probabilidade de não se ter filhos. Os escalões de rendimento do agregado familiar entre os 1300 e 2200 euros têm um efeito positivo e estatisticamente significativo na probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos e diminui a probabilidade do indivíduo não ter filhos. Os outros escalões de rendimento não são estatisticamente significativos e alguns escalões têm o efeito negativo. Por exemplo estar no primeiro escalão de “até 500€” diminui a probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos e aumenta a probabilidade de não se ter filhos. A idade do indivíduo apesar de não ser estatisticamente significativo, tem o sinal esperado, ou seja, afeta positivamente a probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos. Quanto mais jovem, maior a probabilidade de não se ter filhos. O nível de escolaridade do pai e da mãe afeta positivamente a probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos e negativamente a probabilidade de não se ter filhos. Se o nível de escolaridade for até ao básico completo ou pelo menos um (mãe ou pai) tem nível de escolaridade superior o efeito além de terem o sinal positivo, são estatisticamente significativos. Quanto à variável de política de

incentivo à natalidade tem resultados mistos e não estatisticamente significativos. Atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos apenas afeta positivamente a probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos quando o seu grau de importância no âmbito de outras medidas é o terceiro.

Na Tabela 4.1 também se encontram os odds ratio (rácio das chances). Os odds ratios, representam a alteração da chance de ocorrência de uma das categorias da variável dependente em resultado do aumento de uma unidade na variável explicativa. Mostram o aumento ou a diminuição da chance de ocorrência da categoria de interesse. Odds ratios superiores a 1 significam que o aumento de uma unidade na variável independente provoca um aumento na chance de se ter 1, 2, 3 ou mais filhos versus não ter filhos e valores inferiores a 1 representam uma diminuição dessa mesma chance. Daqui em diante ao se referir “ter mais filhos” engloba as categorias da fecundidade realizada 1, 2, 3 ou mais filhos. Como se pode observar na Tabela 5.1, qualquer categoria da variável, número de casamentos tem odds ratio superiores a 1. O fato de o indivíduo casar-se (N° casamento =1) aumenta a chance de ter mais filhos em aproximadamente 5 vezes, *ceteris paribus*. Se o indivíduo tiver 2 casamentos, a chance de ele ter mais filhos versus não ter filhos é 2,97 vezes maior, assumindo que todas as outras variáveis no modelo são mantidas constantes. Se o indivíduo tiver intenção de ter mais filhos, a chance de se ter mais filhos a não ter filhos é 1,43 vezes superior. Apenas os escalões de rendimento do agregado familiar até 500 euros, entre 701 a 900 euros, e entre 2201 e 2900 euros, diminuem a chance de se ter mais filhos versus não ter filhos. Os outros escalões de rendimento aumentam a chance entre 1,01 e 1,2 de se ter mais filhos. A idade do indivíduo aumenta ligeiramente a chance de se ter mais filhos. Se pelo menos um (mãe ou pai) tem nível de escolaridade superior a chance de ele ter mais filhos versus não ter filhos é 1,25 vezes maior. Atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos aumenta em 1,02 a possibilidade de se ter mais filhos quando o seu grau de importância no âmbito de outras medidas é o terceiro.

Tabela 4.1 – Resultados do Modelo Ordinal Probit

Variável	Parâmetro	Coefficiente	Desvio Padrão	Odds ratio
Fecundidade Realizada (limites)	3	0,193	0,7800	1,213
	2	1,636***	0,7806	5,136
	1	4,203***	0,7839	66,901
N.º de Casamentos	0	1,9 ***	0,7397	6,857
	1	1,5 ***	0,7379	4,573
	2	1,0 *	0,7457	2,967
Intenção de ter mais filhos biológicos	Sim	0,3 ***	0,1351	1,434
	Não	-0,6 ***	0,1250	0,545
	Não pode ter mais filhos	-0,8 ***	0,1471	0,414
Escala do rendimento mensal líquido em € do agregado familiar	Até 500	-0,138	0,1602	0,871
	501 a 700	0,011	0,1020	1,011
	701 a 900	-0,029	0,1067	0,971
	901 a 1100	0,156	0,1029	1,169
	1101 a 1300	0,067	0,0953	1,069
	1301 a 1500	0,1 **	0,0963	1,192
	1501 a 1800	0,2 ***	0,0974	1,223
	1801 a 2200	0,1 **	0,0954	1,188
Idade do Indivíduo	2201 a 2900	-0,066	0,1011	0,936
	Escala	0,003	0,0041	1,003
	Mãe e pai com escolaridade até ao básico completo	0,2 ***	0,0960	1,246
Qualificações do pai e da mãe	Pelo menos um (mãe ou pai) tem secundário e pós-secundário, e o outro tem nível de escolaridade inferior	0,135	0,1209	1,145
	Pelo menos um (mãe ou pai) tem nível de escolaridade superior	0,2 **	0,1204	1,251
Atribuir incentivos fiscais	1ª	-0,056	0,0706	0,945
	2ª	-0,021	0,0735	0,979
	3ª	0,018	0,0799	1,018
	Não tem opinião	0,246	0,2669	1,278

Em relação ao modelo estimado e apresentado na Tabela 4.1, verifica-se que hipótese nula de que as variáveis independentes não têm, no seu conjunto, qualquer valor explicativo é rejeitada a 1% de significância (ver Tabela 4.2). Ou seja, a combinação destas variáveis no modelo parece contribuir para a explicação da variável dependente.

Tabela 4.2 – Resultados de diversos testes do Modelo Ordinal Probit

Teste	Resultado
Qui-quadrado de razão de verossimilhança	387,731***
Qui-quadrado de Pearson	5116,045
Verossimilhança de logb	-2280,403
Crítério de Informações de Akaike (AIC)	4612,807
Crítério de informações Bayesiano (BIC)	4769,724

4.2. Discussão dos Resultados

Na interpretação dos resultados, procura-se fazer as inferências possíveis e deduzir algumas associações, com base na informação de que se dispõe e de acordo com a construção do modelo econométrico adaptado aos dados recolhidos no inquérito de fecundidade realizada pelo INE em 2019.

4.2.1. Número de Casamentos

A variável relativa ao número de casamentos, apresentou dados estatisticamente significativos, pois em qualquer das categorias desta variável os coeficientes foram positivos, respetivamente para mulheres solteiras, para mulheres casadas em 1º e 2º casamento, indicando assim que esta variação positiva quanto ao número de casamentos, aumenta a probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos (inclui ter 1, 2, 3 ou mais filhos). Na análise dos efeitos marginais através dos odds ratios, verificamos que a mulher ao se casarem aumenta a chance de ter mais filhos, na ordem de 5 vezes e de 3 vezes, para quando se casam, num segundo casamento.

No entanto não se pode deixar de equacionar os conceitos, as dinâmicas da nova família e da sua origem, para Mendes et al (2016) as questões associadas aos contextos familiares e de conjugalidade, ao bem-estar da família e à idade de entrada no mercado de trabalho determinam indubitavelmente as decisões relativas ao tempo da fecundidade, isto é, à idade em que se tem o 1º filho e ao espaçamento entre os nascimentos.

No handbook of populations (2005) menciona-se que após a decisão de um casal se casar, pode-se afirmar que o casamento altera o comportamento dos cônjuges e por consequência o seu bem-estar. Neste livro, Waite (2005) refere, que os seguintes atributos constituem benefícios do casamento, a especialização, a economia de escala e as funções asseguradas pelo casamento aumentam a economia de bem-estar dos membros da família, e este aumento é tipicamente substancial. De acordo com Lupton e Smith (2003) pessoas que se casam produzem mais e acumulam mais ativos do que pessoas solteiras. Também existe a tendência de pessoas casadas deterem uma saúde física e emocional superior comparativamente às pessoas solteiras, em parte porque estão casadas de acordo com os seguintes autores Mirowsky e Ross 1989, bem como Waite e Gallagher 2000. Waite (2005) conclui que o apoio social providenciado por um cônjuge, combinado com a produção de recursos económicos obtidos através do casamento, leva a que exista uma propensão para ter filhos e manter o nível de saúde. De acordo com Mendes et al, (2016), “o facto de se ser casada(o) ou viver com um(a) companheiro(a) potencia um aumento do número médio de filhos, independentemente da idade”.

4.2.2. Intenção de ter mais filhos biológicos

Relativamente à variável relacionada com a intenção de ter mais filhos biológicos a categoria desta variável identificada como sim, significa que aumenta a probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos, na análise dos odds ratios, a chance de se ter mais filhos a não ter filhos é na ordem de 1,43 vezes superior. Em relação à interpretação dos coeficientes relacionados com a variável intenção de ter mais filhos, os resultados são os esperados, pois se as inquiridas respondem “sim” a probabilidade de aumentar a fecundidade é positiva, e se responderem “não” ou “não pode ter mais filhos” impacta negativamente a fecundidade. Também se pode argumentar que a partir da base de dados utilizada para a realização deste modelo com a análise da variável “diferencial entre fecundidade realizada e fecundidade desejada” que a maioria das mulheres (aproximadamente 64%) detêm menos filhos que desejam, ou seja, detêm uma fecundidade realizada inferior à desejada. Por sua vez aproximadamente 32% das mulheres consagraram a fecundidade que desejam, e somente 4,3% das mulheres tiveram mais filhos do que desejavam (assume-se que 193 respostas são inválidas nesta variável).

Segundo Cunha (2012), refere que, a transição para o segundo filho, dá sinais de ser cada vez mais difícil de alcançar (Cunha, 2007), apesar de o ideal dos 2 filhos continuar a marcar amplamente as preferências dos portugueses, como comprovam dados do Eurobarómetro sobre ideais de fecundidade (Testa, 2007).

Segundo um estudo denominado como “Número de Filhos” elaborado pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, em 2009, obteve dados interessantes relativos à fecundidade desejada, que foram: mais de 50 % das jovens entre os 18 e os 24 anos gostaria de ter 3 ou mais filhos; um quarto das mulheres até aos 30 anos gostaria de ter 4 ou mais filhos, significando que o número desejado de filhos é francamente superior a 2,1, em todas as faixas etárias.

Confirmando-se que a intenção de ter mais filhos biológicos por parte das mulheres portuguesas é verídica, e que geralmente a mulher que quer ter mais filhos do que os detêm no momento, em que foi inquerida. Ao nível dos indicadores referentes aos dois inquéritos à fecundidade realizada em Portugal nos anos de 2013 e 2019, como sejam as mulheres que não tiveram filhos 38,5% (2013) e 48,4% (2019), teve um aumento na ordem de 10,0%; as mulheres que tiveram 1 filho 29,9% (2013) e 23,1% (2019), verificou-se uma diminuição na ordem de 3%; as mulheres que tiveram 3 filhos 6,4% (2013) e 5,0% (2019), teve uma redução na ordem de 1%. Consolidando assim, a noção de que apesar da intenção de ter mais filhos biológicos ter sido sempre elevada, verifica-se que o número médio de filhos em termos anuais encontra-se em decréscimo, tornando Portugal o país com um dos índices sintético de fecundidade mais baixos da Europa e no Mundo.

De acordo com dados expressos no Inquérito à Fecundidade de 2013, Azevedo et al (2014) refere que ; “Os níveis de fecundidade desejada, que remetem para o desejo íntimo de cada pessoa, dissociados de quaisquer constrangimentos, correspondem a um número médio de filhos superior a valor de referência para a substituição de gerações: “as pessoas desejam 2,31 filhos, em média, sendo este valor de 2,29 filhos para as mulheres entre 18 a 49 anos, e de 2,32 para os homens com idades entre 18 e 54 anos”.

Segundo os diversos autores, Tomé, (2015); Mendes e Tomé, 2014; Kohler et al., 2006; Lutz et al., 2006; McDonald, 2008, confirmam que em Portugal a partir “de 1982 o número médio de filhos por mulher passou para baixo do limiar da substituição de gerações (nível que equivale a 2,1 filhos por mulher, mantendo-se os atuais níveis de mortalidade). No ano de 1994 este índice ficou, pela primeira vez, abaixo do limiar de 1,5 filhos – valor já considerado crítico para a sustentabilidade de qualquer população”.

A maioria dos autores que abordam esta problemática nas suas investigações, e no aspeto concreto da análise da intenção de ter ou não mais filhos biológicos, confirmam os dados estatísticos obtidos nesta variável, em que a fecundidade desejada é sempre superior à fecundidade realizada.

4.2.3. Escalões do rendimento mensal líquido do agregado familiar

Esta variável relaciona os escalões do rendimento mensal líquido do agregado familiar com as condições favoráveis ao contexto da fecundidade, obteve-se os seguintes dados, os escalões entre os 1300 e 2200 euros têm um efeito positivo e estatisticamente significativo favorecendo a probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos, os restantes escalões não são significativos, por exemplo no escalão até 500 euros, aumenta a probabilidade de não se ter filhos.

Relativamente aos resultados obtidos, sobre a influência do rendimento do agregado familiar na fecundidade realizada, confirma-se através da teoria de aversão ao risco de McDonald (2000), pois a mesma estipula que o princípio de que os custos e benefícios correspondem a custos e benefícios futuros, logo não se poderá ter a certeza de qual o custo ou benefícios futuros. Esta teoria implica a aplicação de investimentos em segurança económica, invés da insegurança económica que acompanha quem tem filhos.

Em teoria quanto maior for a segurança económica do casal/agregado familiar, maior é a probabilidade de terem filhos pois conseguem suportar os custos futuros relacionados com ter filhos e conseqüentemente arrecadar os benefícios psicológicos de ter filhos. Mas, também se pode argumentar de que da mesma forma que casais/agregados familiares com pouca segurança económica detêm menos motivação para ter filhos/mais filhos, o mesmo pode-se afirmar sobre casais/agregados familiar que detêm rendimentos muito acima da média e não se encontram disponíveis a arriscar o seu capital, tendo em consideração o tempo que investiram na conquista da sua segurança económica própria.

Lesthaeghe e Van de Kaa (1986), referem que o paradigma da segunda transição demográfica implica que a fertilidade baixa, consoante a mulher detenha educação e rendimentos superiores, em sociedades desenvolvidas, onde as pessoas consideram a família ser menos central e focam-se na sua própria autorrealização. Qualquer aumento da participação na educação ou na economia realizada pela mulher são causas indiretas do declínio de fertilidade.

Becker (1991), descobriu que um aumento nos ganhos das mulheres detém um efeito ambíguo na fertilidade. Ou seja, aumenta o rendimento disponível, mas ao mesmo tempo, aumenta o custo de oportunidade das crianças. Pois pessoas com educação superior tendem a deter aspirações de carreira superior.

De acordo com a teoria de NHE as pessoas ou casais, maximizam a utilidade do ciclo de vida considerando os recursos que devotam em nutrir a criança no contexto de escassez de tempo e de rendimento. Portanto existem dois tipos de custos segundo esta teoria, os custos diretos e indiretos. Os custos diretos consistem nos custos relacionados com a redução de rendimento dos pais após o nascimento. Os custos indiretos das crianças estão relacionados com o custo de oportunidade de tempo dedicado aos cuidados de saúde infantil. Significando, que qualquer aumento do rendimento dos pais, ou qualquer redução de custos associados a ter e educar crianças, deve aumentar a fertilidade, mas um aumento do rendimento da mulher, aumenta o custo de oportunidade de ter filhos logo a fertilidade diminui. Também estes autores Luci e Thévenon (2011), encontram-se em conformidade com os dados obtidos nesta variável, afirmando que “existe uma correlação entre rendimento e fertilidade, recentemente a mesma passou de negativa a positiva em muitos países desenvolvidos, pelo menos em nível macroeconómico”.

A opinião científica dos diversos autores mencionados, encontram-se em concordância com os resultados obtidos nesta variável que relaciona os escalões do rendimento mensal líquido do agregado familiar e a fecundidade realizada, ou seja, nas sociedades modernas as famílias com rendimentos elevados assumem a centralidade nos sucessos individuais e profissionais e o foco da fecundidade fica para segundo plano.

4.2.4. Idade

Quanto à variável relacionada com a idade das mulheres, o fator idade da mulher aumenta ligeiramente a chance de se ter mais filhos, apesar de não ser estatisticamente significativo, em que quanto mais jovem, maior é a probabilidade de não se ter filhos.

Verificou-se nas mulheres inquiridas neste estudo, que a idade mínima é de 18 anos e a idade máxima é de 49 anos, sendo a média de idade é de 36,85 anos, ou seja, a média de idade das mulheres inquiridas é de 37 anos.

Segundo Mendes et al, (2016), está “Associado ao facto de globalmente os indivíduos terem menos filhos em média está uma alteração de calendário: o adiamento da maternidade e da paternidade. A idade média com que as mães têm filhos é atualmente de 31,5 anos (3,5 anos mais tarde que em meados da década de 90) e a idade média com que têm o 1.º filho é de 30,0 anos (4,5 anos mais tarde comparativamente ao mesmo período). Observando-se que o grupo de idades, onde se concentra atualmente o maior número de nascimentos em Portugal é entre os 30-39 anos. A conjugação de um número reduzido de filhos, tendo-os em idades cada vez mais tardias, agravam a situação demográfica portuguesa. Os autores Sobotka (2004) e Oliveira (2009) citado em Oliveira (2012) mencionam que, tal como na generalidade dos países europeus, em Portugal assistiu-se a um importante processo de adiamento dos nascimentos que tem caracterizado a fecundidade nos tempos recentes.

Os resultados obtidos na variável a idade das mães estão em consonância com os diversos autores, que advogam que nas últimas décadas em Portugal se tem verificado um aumento consistente da idade da mãe relativamente à maternidade, tendo reflexos diretos na diminuição da fecundidade, nomeadamente quanto aos nascimentos dos 2º, 3º e mais filhos, ocorrendo assim um adiamento da fecundidade que face ao ciclo da vida reprodutiva e outros fatores associados à dinâmica de cada família, podendo nem vir a acontecer. O aumento da idade diminui a proporção de indivíduos que ainda pretendem ter mais filhos. Na totalidade dos países Europeus, verifica-se uma tendência geral para o aumento da idade da mãe ao nascimento dos filhos (Kohler e Ortega, 2002; entre outros), em particular do 1.º filho, com uma forte incidência nos países do Sul da Europa. De acordo, com Yashiro (1998), existe a possibilidade de continuarmos neste ciclo de baixa fertilidade, uma vez que um menor número de filhos possibilitará proporcionar uma qualidade de vida maior (por exemplo: aumento da escolaridade).

Logo estas crianças irão crescer e deter uma escolaridade superior adiando desta forma a sua entrada no mercado de trabalho, bem como o casamento e a maternidade/paternidade, o que por sua vez condicionará ter mais filhos (derivado ao fato de que quanto mais tarde se tem filhos, menor será a probabilidade do aumento da taxa do agregado familiar). Para Mendes et al, (2016), refere que “À medida que a idade avança, a propensão de não se experienciar quer a maternidade, quer a paternidade diminui, esbatendo-se as diferenças entre homens e mulheres. A idade é definitivamente uma variável central na explicação do comportamento de fecundidade”.

4.2.5. Nível de escolaridade dos Pais

A variável relacionada com o nível de escolaridade dos Pais, refere-se ao nível das qualificações académicas de pelo menos um (pai ou mãe), verifica-se que é estatisticamente significativa, quer o nível de escolaridade seja até ao ensino básico completo, quer o nível de escolaridade seja superior, afetando positivamente a probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos. Quando pelo menos um (pai ou mãe) tem nível de escolaridade superior, tem uma chance na ordem de 1,25 maior de ter filhos.

Existe concordância, entre os autores em relação aos valores obtidos nesta variável. Segundo Mendes et al, (2016), menciona que “O nível de instrução dos homens e das mulheres condiciona a entrada na parentalidade, predominando os indivíduos com níveis de instrução mais elevados (com, pelo menos, o ensino secundário) entre quem não tem filhos.” Este autor refere ainda, que no caso do 1.º filho, esta influência apenas se faz sentir para quem tem uma escolaridade abaixo do ensino secundário, o que permite concluir que, neste caso particular, o efeito da educação (pós-secundário e superior) contrapõe-se ao efeito de uma conjugalidade mais precoce. Avaliando a influência de cada fator por si só, verifica-se um menor risco de adiar por parte de quem tem mais baixos níveis de instrução e para quem evidencia uma transição mais precoce para a vida adulta, avaliada pela saída de casa dos pais antes dos 25 anos.

4.2.6. Incentivos fiscais

A variável dos incentivos fiscais disponibilizados pelas empresas, está relacionada com a política de incentivo da natalidade. Os resultados obtidos foram mistos e não são estatisticamente significativos, no entanto quanto à atribuição de incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão favoráveis nos apoios aos trabalhadores com filhos, verifica-se que interfere positivamente na probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos, aumentando na ordem de 1,02 de se ter mais filhos.

O Inquérito à Fecundidade 2019, realizado pelo INE, incluiu questões que visavam conhecer a opinião das pessoas sobre a necessidade de existência de incentivos à natalidade, agrupados em 4 domínios: condições de trabalho, acesso a serviços para ocupação dos filhos, rendimentos das famílias com filhos e outras medidas.

No que respeita a outras medidas que não integram os três domínios referidos anteriormente, “atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos” foi assinalada como a mais importante, porque quase metade das mulheres (48,3%) e mais de metade dos homens (52,7%). Este item, foi aquele que obteve maior significância estatística, comparativamente com os restantes domínios.

Também se verificou, de acordo com o INE (2019), que “a maioria das pessoas inquiridas neste inquérito considerou que deviam existir incentivos à natalidade, ou seja, deviam existir apoios para que as pessoas tenham mais filhos: 89,8% das mulheres, não havendo diferenças significativas por grupo etário”.

Cunha (2015), referenciou que cerca de 90% dos inquiridos no inquérito de fecundidade (IFEC2014), responderam que devem existir mais incentivos à natalidade, mencionando como medidas de incentivos, as seguintes: a) aumentar os rendimentos das famílias com filhos (redução de impostos sobre as famílias com filhos, aumentando as deduções fiscais e aumentando os subsídios relacionados com a educação, saúde, habitação e alimentação); b) facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos sem perda de regalias. Para Azevedo et al (2014), reforça esta perspetiva, argumentando de que os países que mais investem no apoio das famílias, tem melhores taxas de natalidade e que Portugal tem que se tornar um país mais amigo das crianças, famílias e da natalidade. Moniz (2017), demonstrou que em termos comparativos de Portugal com França e Suécia, no investimento de que realiza nas diferentes modalidades de apoio à natalidade (recursos financeiros diretos; serviços e incentivos fiscais), reflete depois no impacto de se inverter a tendência de diminuição da taxa de fecundidade nuns Países e outros não conseguem. Os diversos autores estão assim, em total concordância com os valores obtidos nesta variável.

CAPÍTULO 5

Conclusão

Apresenta-se neste capítulo a conclusão, a qual resultou da análise e da reflexão dos resultados obtidos e da sua discussão, em função dos objetivos propostos e às variáveis selecionadas nesta investigação, bem como na elaboração de um modelo econométrico ajustado ao tipo de estudo, denominado como modelo Probit ordenado, em que teve como a questão central a incidência sobre os incentivos socioeconómicos como fatores de aumento da natalidade em Portugal.

A problemática da atual tendência e que é mantida durante os últimos 40 anos, caracterizada pelo processo de diminuição contínua da taxa de fecundidade em Portugal, ou seja, desde 1981 até à atualidade, bem como as projeções do INE para 2080, confirmam que este declínio demográfico com inúmeros impactos na sociedade portuguesa, com valores abaixo do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) 2,1. demonstrando incapacidade de se garantir a substituição de gerações.

Da análise empírica deste estudo, pode concluir-se que o declínio demográfico português não resulta de falta de desejo de mulheres terem filhos, porque os resultados confirmam o oposto, existe forte apetência das mulheres ao nível da fecundidade desejada que devido aos diversos constrangimentos não assume correspondência com a fecundidade realizada. Os resultados também expõem que existe um impacto económico na natalidade, mas não é o único aspeto nem por vezes o mais importante, dependendo do nível de educação e da qualidade de vida da mulher.

Nesta investigação, verificou-se que as mulheres ao se casarem no seu 1º casamento, aumentam a probabilidade em 5 vezes em ter até 3 ou mais filhos, no 2º casamento e de 3 vezes. Quanto à intenção de ter mais filhos biológicos, há um aumento de probabilidade de se ter mais filhos a não ter filhos é na ordem de 1,43 vezes. Quanto aos escalões de rendimento mensal líquido do agregado familiar, os escalões entre os 1.300 e os 2.200 euros têm um efeito positivo e estatisticamente significativo favorecendo a probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos. A média da idade das mulheres inquiridas foi de 37 anos, em que a idade mínima foi de 18 anos e a idade máxima foi de 49 anos. Ao nível das qualificações do Pai e da Mãe, é estatisticamente significativa quer o nível de escolaridade seja até ao ensino básico completo, quer o nível de escolaridade seja superior, favorecendo a probabilidade de se ter até 3 ou mais filhos, aumenta a probabilidade na ordem de 1,25 vezes mais de ter filhos. Ao nível dos incentivos fiscais disponibilizados pelas empresas com práticas de gestão favoráveis nos apoios aos trabalhadores com filhos, interfere positivamente aumentando a probabilidade na ordem de 1,02 de se ter mais filhos.

O resultado de alguns estudos que foram alvo na revisão de literatura deste trabalho, confirmam que existe uma relação intrínseca entre os incentivos económicos e o aumento da natalidade, num ciclo dinâmico e contínuo, entre a economia e a saúde, verificando-se que alguns países conseguiram aumentar a sua natalidade, aumentando a população jovem e a ativa, através de incentivos económicos efetivos, combatendo o processo de envelhecimento demográfico desses países, garantindo em termos económicos níveis mais favoráveis para as pessoas, famílias e as empresas, ou seja, na economia de cada país.

Após a análise das variáveis em estudo, urge definir políticas públicas direcionadas aos setores económico e social, em que se reorganize melhor a economia e a estrutura social para que as famílias possam optar pelo número de filhos que desejam ter, sem os constrangimentos de não terem condições de suportar os custos relacionados com a chegada de mais um novo elemento.

Esta investigação, vem comprovar que é necessária uma política integrada, baseada na execução de medidas e através da injeção de incentivos económicos ajustados à promoção da natalidade, suficientemente capazes de influenciar os comportamentos das pessoas e ou as famílias relativamente ao seu desempenho na capacidade de terem mais filhos e melhores condições de vida para os educar e assim indiretamente se irá gerar maior riqueza nacional porque uma nação/país sem uma população ativa, irá envelhecer e empobrecer porque ficará mais endividada e dificilmente irá conseguir sair deste ciclo de dependência externa em termos de finanças públicas, como se encontra-se atualmente Portugal.

Reforçar a ideia de que nenhuma medida isolada na promoção da natalidade irá produzir os efeitos desejados porque nesta problemática é fundamental apostar num conjunto de medidas, ou seja, optar por um conjunto de medidas para que o sucesso da intervenção seja efetiva a médio e a longo prazo, dado que implica a componente geracional e medir o impacto deste tipo de medidas requerem avaliações ao fim de uma década.

As implicações de política pública que resultam do presente estudo é que existe um conjunto de medidas de promoção à natalidade portuguesa como prioritárias a implementar no futuro: Flexibilizar os horários de trabalho para as mães e pais com filhos pequenos; Alargar os períodos de licença parental para mães e pais; Aumentar as oportunidades de trabalho a tempo parcial para as mães e pais; Alargar a rede e o acesso a creches, jardim-de-infância e Atividades de tempo livre; Aumentar os subsídios relacionados com educação, saúde, transporte, habitação e alimentação dos agregados familiares com filhos; Reduzir os impostos para as famílias com filhos; Alargar a cobertura e aumentar o valor do abono de família para crianças e jovens; Atribuir incentivos fiscais às entidades empregadoras com práticas de gestão que apoiem trabalhadores com filhos; Aumentar o acesso e a participação nos tratamentos para a infertilidade.

Permitindo uma recuperação do ISF de Portugal nas próximas décadas para níveis iguais ou superiores a um ISF 2.1, e assim assegurar a renovação das gerações.

Sugere-se, ainda que sejam constituídas, por exemplo:

a) Um grupo de trabalho que integre transversalmente nas áreas chaves da sociedade portuguesa a fim de concretizar uma política nacional de promoção da natalidade portuguesa com metas realistas para os cenários de curto, médio e longo prazo.

b) Reunir legislação dispersa num só pacote legal para se ultrapassar os obstáculos e incentivar as mulheres e casais a terem filhos em idades mais jovens, para recuperar ISF de Portugal

Referências Bibliográficas

- Ahn, N., & Sánchez-Marcos, V. (2019). Analysis of fertility using cohort-specific socio-economic data. *Review of Economics of the Household*, 1-23.
- Azevedo et al (2014). Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade (2015-2035): remover os obstáculos à natalidade desejada. Instituto Francisco Sá Carneiro, Lisboa.
- BBC (2020). <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51128778> artigo da BBC publicado a 16 janeiro 2020 consultado a 06/11/202
- Becker, G. S. (1991). *A treatise on the family: Enlarged edition*. Harvard university press.
- Behrman, J., & Gonalons-Pons, P. (2020). Women's employment and fertility in a global perspective (1960–2015). *Demographic Research*, 43, 707-744.
- Bentler, P. M., & Dudgeon, P. (1996). Covariance structure analysis: Statistical practice, theory, and directions. *Annual review of psychology*, 47(1), 563-592.
- Bernhardt, E. (2004). Is the Second Demographic Transition a useful concept for demography?. *Vienna yearbook of population research*, 2, 25-28.
- Bloom, D. E., & Sousa-Poza, A. (2010). Introduction to special issue of the european journal of population: 'economic consequences of low fertility in Europe'.
- Bollen, K.A., (1989). *Structural equation modelling with latent variables*. New York, NY: Guilford Press.
- Castro, C.M (2016). Apoio à Natalidade no Sistema de Segurança Social: no contexto laboral de parentalidade, uma reflexão a partir do regime jurídico português. Faculdade de Direito-Universidade Nova, Lisboa.
- Chen, D. L. (2011). Can countries reverse fertility decline? evidence from france's marriage and baby bonuses, 1929–1981. *International tax and public finance*, 18(3), 253-272.
- Chou, C. P., Bentler, P. M., & Satorra, A. (1991). Scaled test statistics and robust standard errors for non-normal data in covariance structure analysis: a Monte Carlo study. *British Journal of Mathematical and Statistical Psychology*, 44(2), 347-357.
- Crescimento, M. (2019). Estudo sobre o Crescimento da Economia Portuguesa, Associação Missão Crescimento, com colaboração da Universidade do Minho – Escola de Economia e Gestão.
- Cunha, V. (2007). *O Lugar dos Filhos: Ideais, Práticas e Significados*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Cunha, V. (2012). Conferência Nascer em Portugal - As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas na natalidade. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa.
- Decker, C. S., & Reuveny, R. (2005). Endogenous technological progress and the Malthusian trap: could Simon and Boserup have saved Easter Island?. *Human Ecology*, 33(1), 119-140.
- Easterlin, R., Pollak, R., & Wachter, M. L. (1980). Toward a more general economic model of fertility determination: Endogenous preferences and natural fertility. In *Population and economic change in developing countries* (pp. 81-150). University of Chicago Press.
- Ehrlich, P. R. (1968). *The population bomb*. New York, 72-80.
- Ermisch, J. (1988). Economic influences on birth rates. *National Institute Economic Review*, 126(1), 71-92.

- Fabozzi, F. J., Focardi, S. M., Rachev, S. T., & Arshanapalli, B. G. (2014). *The basics of financial econometrics: Tools, concepts, and asset management applications*. John Wiley & Sons.
- Fernandez-Crehuet, J. M., Gil-Alana, L. A., & Barco, C. M. (2020). Unemployment and Fertility: A Long Run Relationship. *Social Indicators Research*, 1-20.
- Finch, J. F., West, S. G., & MacKinnon, D. P. (1997). Effects of sample size and nonnormality on the estimation of mediated effects in latent variable models. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 4(2), 87-107.
- Fortin, Marie-Fabienne (1996). *Le processus de la recherche - De la recherche à la conception*. Décarie.
- Fortuna, M. J. A., Vieira, J. A. C., & Sousa, J. F. M. (2003). Determinantes da Permanência no Rendimento Mínimo Garantido na Região Autónoma dos Açores, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais* n° 2, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Greene, W. H. (2000). *Econometric analysis* 4th edition. International edition, New Jersey: Prentice Hall, 201-215.
- Grossbard, S. (2011). Independent individual decision-makers in household models and the new home economics. In *Household economic behaviors* (pp. 41-56). Springer, New York, NY.
- Guimarães, Rui e Cabral, José (1997) *Estatística, Edição Revista*, McGraw-Hill
- Han, J., Kamber, M., & Pei, J. (2011). *Data mining concepts and techniques* third edition. The Morgan Kaufmann Series in Data Management Systems, 5(4), 83-124.
- Hancock, G. R., & Mueller, R. O. (Eds.). (2013). *Structural equation modeling: A second course*. Iap.
- Henriques, E. B. (2009). Número de filhos. Associação Portuguesa da Famílias Numerosas. <http://www.apfn.com.pt>
- Instituto Nacional de Estatística. (2019). Inquérito à Fecundidade. https://ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE
- Instituto Nacional de Estatística. (2020). Projeções de População Residente em Portugal 2018-2020, Destaque informação comunicação social. Disponível a partir de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquese&DESTAQUESdest_boui=406534255&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt.
- Józwiak, J., & Kotowska, I. E. (2008). Decreasing birth rates in Europe: reasons and remedies. *European View*, 7(2), 225-236.
- Kohler, H. P., Billari, F. C., & Ortega, J. A. (2006). Low fertility in Europe: Causes, implications and policy options. *The baby bust: Who will do the work*, 48-109.
- Kuznets, S. (1967). Population and economic growth. *Proceedings of the American philosophical Society*, 111(3), 170-193.
- Laureano, R. M. (2011). *Testes de hipóteses com o SPSS: o meu manual de consulta rápida*. Edições Sílabo.
- Le Moglie, M., Mencarini, L., & Rapallini, C. (2019). Does income moderate the satisfaction of becoming a parent? In Germany it does and depends on education. *Journal of Population Economics*, 32(3), 915-952.
- Lesthaeghe, R., & van de Kaa, D. J. (1986). *Mens en Maatschappij*.
- Luci, A., & Thévenon, O. (2011). La fécondité remonte dans les pays de l'OCDE: est-ce dû au progrès économique?. *Population et sociétés*, 481.

- Maddala, G. S. (1983). Methods of estimation for models of markets with bounded price variation. *International Economic Review*, 361-378.
- Magalhães, M. (1994). Métodos de Previsão para Gestão–Regressão Múltipla: Um Método para Explicação e Previsão.
- Malthus, T. (1798). *An Essay on the Principle of Population. An Essay on the Principle of Population, as it Affects the Future Improvement of Society with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Other Writers.* St. Paul's church-yard, 4.
- McDonald, P. (2000). The “toolbox” of public policies to impact on fertility—a global view.
- McDonald, P. (2008). Very low fertility consequences, causes and policy approaches.
- Mendes, M. F. et Al (2016). *Determinantes da Fecundidade em Portugal.* Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- Mendes, M. F., Tomé, L. P. (2014). *Natalidade, nupcialidade e divorcialidade em Portugal.* Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- Moniz C.V. (2017). *Envelhecimento na Sociedade Portuguesa – Ciclo de Colóquios: Pensões, Família e Cuidados,* Lisboa.
- National Research Council, & Committee on Population. (1986). *Population growth and economic development: policy questions.* National Academies Press.
- Oliveira, I. T. (2009). O Adiamento da Fecundidade em Portugal (1980-2008), *Revista de Estudos Demográficos*, 46: 17-38.
- Oliveira, I. T. (2012). *Conferência Nascer em Portugal – A fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem de nascimento,* Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa.
- Oliveira, I. T. D. (2007). A transição da fecundidade e o sistema de respostas múltiplas em Portugal. *Análise Social*, (183), 471-484.
- Olsson, U. H., Troye, S. V., & Howell, R. D. (1999). Theoretic fit and empirical fit: The performance of maximum likelihood versus generalized least squares estimation in structural equation models. *Multivariate behavioral research*, 34(1), 31-58.
- Pampel, F. C. (2020). *Logistic regression: A primer (Vol. 132).* Sage publications.
- Pedrosa, António e Gama, Sílvio (2004) *Introdução Computacional à Probabilidade e Estatística,* Porto Editora.
- Portugal, B. (2014) *Relatório do Conselho de Administração – A Economia Portuguesa.* Departamento de Estudos Económicos, Lisboa.
- Portuguesa, C.R. (2005). *Constituição da República Portuguesa, Sétima Revisão Constitucional.* Lisboa.
- Poston, D. L., & Micklin, M. (Eds.). (2005). *Handbook of population.* Kluwer Academic/Plenum.
- Reis, Elizabeth; Melo, Paulo; Andrade, Rosa e Calapez, Teresa (1999). *Estatística Aplicada, Vol.2, 3ª Edição* Revista, Edições Sílabo.
- Shah, I. (1997). Fertility and contraception in Europe: The case of low fertility in Southern Europe. *The European Journal of Contraception & Reproductive Health Care*, 2(1), 53-61.
- Silva, Filipa (2002). *Projeção das taxas de fecundidade específicas por idades no horizonte de longo prazo (2001-2050): Estudo de um modelo de previsão com séries temporais.* Artigo 3º, *Revista Demográfica INE*, 59-79.
- Disponível a partir de

https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=106446&ESTUDOSmodo=2&xlang=pt.

- Sobotka, T. (2004). Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing?. *Population and Development Review* 30(2): 195–220.
- Stiglitz, J. E. (1998). Interests, incentives and institutions: an economist's experience of government failure. [Reprinted from *Journal of Economic Perspectives*, Spring 1998]. *Policy: A Journal of Public Policy and Ideas*, 14(3), 10.
- Teixeira, A. L. (2016). Análise dos dados de inquéritos sociológicos: Estatísticas univariada, bivariada e multivariada. Lisboa, *Metodologias de investigação sociológica: Problemas e soluções a partir de estudos empíricos* (pp. 167-242).
- Testa, M. R. (2007). Childbearing preferences and family issues in Europe: evidence from the Eurobarometer 2006 survey, *Vienna Yearbook of Population Research*: 357-379.
- Tomé, L. P. (2015). Why Portugal is not replacing generations? A period and cohort perspective, in a comparative analysis with selected European Countries. Universidade de Évora.
- Van de Kaa, D. J. (1987). Europe's second demographic transition. *Population bulletin*, 42(1), 1-59.
- Van de Walle, E. (1992). Fertility transition, conscious choice, and numeracy. *Demography*, 29(4), 487-502.
- Webster, Alen L. (2006) *Estatística Aplicada à Administração e Economia*, McGraw-Hill.
- Yashiro, N. (1998). The economic factors for the declining birthrate. *Review of population and Social Policy*, 7, 129-144.

